

# **Vírus estabilidade no desenvolvimento brasileiro: uma avaliação dos seus efeitos colaterais sobre a política social do Governo Lula**

**Luciana Rosa de Souza<sup>1</sup>**  
**Niemeyer Almeida Filho<sup>2</sup>**

Passados três anos do mandato do Governo Lula já é possível uma avaliação das suas políticas de desenvolvimento, pelo menos quanto à sua natureza e resultados preliminares. Após um período inicial de aproximadamente um ano, em que as propostas da campanha presidencial apareciam como objetivos de longo prazo para os quais era imprescindível vencer circunstâncias objetivas e imediatas de instabilização econômica, a concepção do plano de Governo emergiu com características próprias. Houve uma clara opção por uma hierarquia no âmbito da política pública em que a estabilidade ganhou a primazia sobre quaisquer outros objetivos.

Esta foi também a opção dos dois períodos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Não obstante, entendemos que a natureza das políticas de desenvolvimento desses dois Governos é distinta pelas características de outras dimensões do desenvolvimento, que seguem concepções diferenciadas. A política de desenvolvimento da “Era FHC” lastreava-se na estabilidade macroeconômica e na abertura econômica, enquanto a política do Governo Lula, apesar das ambigüidades, desenha um espaço definido para a política social no conjunto das ações de desenvolvimento.

O propósito desta comunicação é discutir uma dimensão crucial do modelo de desenvolvimento do Governo Lula, traduzida na política social de combate à fome. Esta dimensão foi responsável por todo um esforço inicial de Governo, inclusive no âmbito da política internacional, em mostrar que as ações de inclusão social teriam uma importância histórica e decisiva para o desenvolvimento brasileiro.

Entretanto, com a evolução do período de gestão, a primazia à estabilidade foi assumindo uma importância tão decisiva para a sustentação política do Governo que a concepção inicial da política social de combate à fome, marcadamente uma proposta de mudanças estruturais, deu lugar a uma política de transferência de renda nos moldes tradicionais.

A hipótese é que a primazia à estabilização contaminou, como um vírus letal, a política de desenvolvimento do Governo, transformando-a na prática numa política convencional, nos termos que vêm sendo sugeridos pelos organismos multilaterais. Porém, por não ser uma opção

---

<sup>1</sup> Professora da UNIMINAS; Mestre em Economia pelo PPGE IE-UFU.

<sup>2</sup> Professor do IE-UFU; Doutor pelo IE-UNICAMP.

ideológica como a do Governo FHC, persistem ambigüidades que ficam mais evidentes no âmbito da política social.

O trabalho tem o propósito de mostrar que as ações estruturantes do Governo Lula são submetidas à lógica da estabilidade, o que consiste, a nosso juízo, numa perda em termos de desenvolvimento no contexto do PPA (2004-2007).

A argumentação sustenta-se em três pontos. O primeiro é que a apresentação das propostas feitas no PPA (2004-2007) mostram uma ambigüidade do projeto de desenvolvimento, pois coloca a “estabilidade e o social” como centrais no modelo de crescimento pelo “mercado de consumo de massas”.

O segundo ponto centra-se na unificação dos programas de transferência de renda, viabilizada a partir de outubro de 2003, quando se criou o Bolsa-família. Neste ponto, sustentamos que a unificação foi uma inflexão na política social do Governo Lula, pois o Bolsa-família passou de mero participante do Programa FOME ZERO a uma ação central do Governo, em especial do Ministério do Desenvolvimento Social.

O último ponto da argumentação concentra-se na extinção do MESA como a consolidação do descaminho da política social no Governo Lula. Este argumento é sustentado com base no resumo dos gastos dos programas FOME ZERO e Bolsa-família. Este resumo de gastos mostra a relevância do Programa Bolsa-família dentro das ações do Ministério do Desenvolvimento Social.

Enfim, buscamos apresentar a ambigüidade das ações econômicas e sociais do Governo Lula, ressaltando que as ações de estabilidade macroeconômica acabaram por tolher o desenvolvimento da política social em uma perspectiva mais estruturante. Além disso, isto consolidou a ação de transferência de renda como essencial na política social do Governo.

Finalmente, apontamos a estabilidade da economia como um vírus letal, uma espécie de uma doença ideológica neoliberal, que contamina as estratégias de desenvolvimento dos Governos no Brasil desde 1994, dentre eles o Governo Lula. Esta constatação é mais importante se considerarmos que o Governo Lula apresentou-se como de esquerda, propondo-se a uma política em que o social seria o foco das ações. Assim, nele o vírus da estabilidade tem repercussões mais significativas em termos de desvio dos caminhos fundamentais.